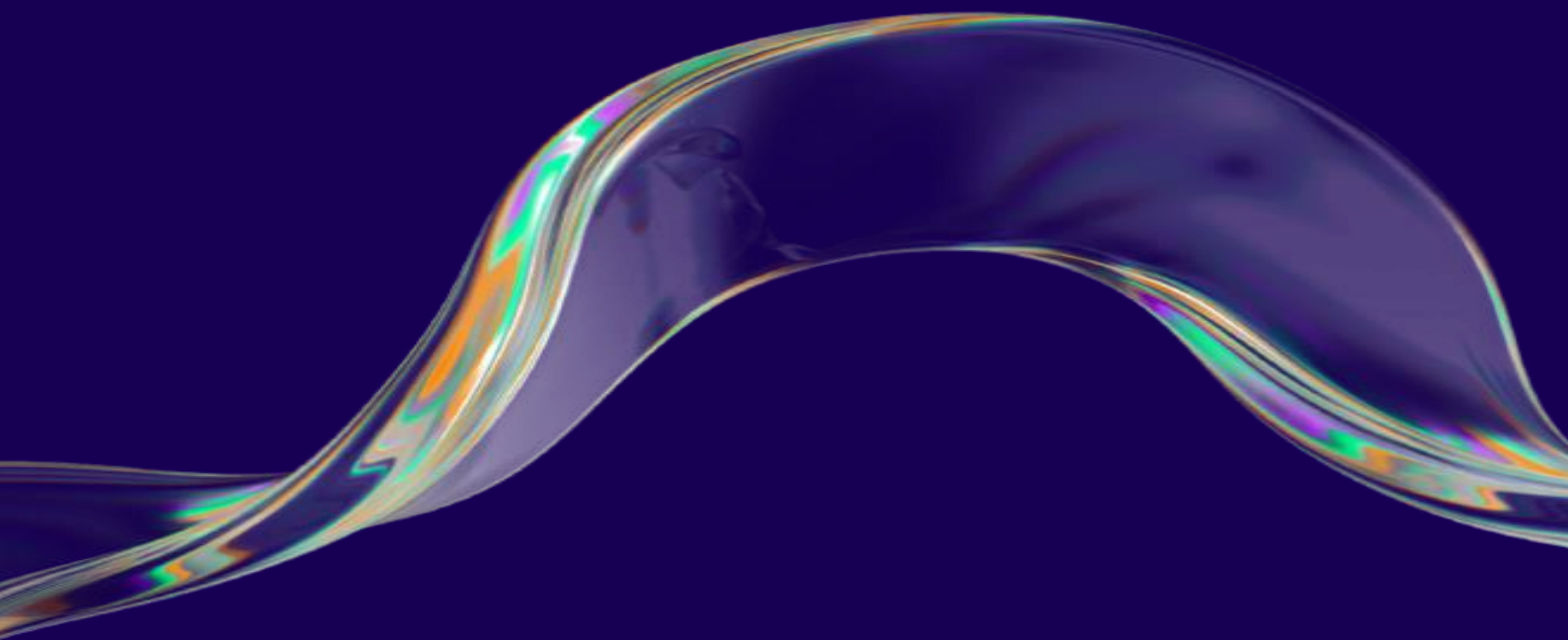


Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.



**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
e relatório dos auditores
independentes**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2025

PRICEWATERHOUSECOOPERS

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Índice

Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Balço patrimonial	8
Demonstração das mutaões do patrimônio líquido	9

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1	Considerações gerais	11
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	11
3	Novas normas, alterações e interpretaões de normas emitidas pelo CPC e IASB	12
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	13
5	Receita	13
6	Custos e despesas	11
7	Resultado financeiro líquido	11
8	Caixa e equivalentes de caixa e Fundo de Liquidez - conta reserva	11
9	Contas a receber de clientes	11
10	Imobilizado	11
11	Financiamentos	13
12	Fornecedores	14
13	Provisão para litígios	14
14	Obrigaões com desmobilização de ativos	15
15	Partes relacionadas	16
16	Patrimônio líquido	17
17	Imposto de renda e contribuição social	17
18	Instrumentos financeiros e gestão de risco	18
19	Seguros	23

Ventos de Santa Alexandrina Renováveis S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Receita líquida	5	32.944	33.831
Custo com energia elétrica	6	(7.047)	(3.104)
Custo com operação	6	(14.400)	(14.574)
Lucro bruto		11.497	16.153
Despesas operacionais	6		
Gerais e administrativas		(4.278)	(1.669)
Outras despesas operacionais		-	(3)
		(4.278)	(1.672)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		7.219	14.481
Resultado financeiro líquido	7		
Receitas financeiras		1.985	1.597
Despesas financeiras		(18.166)	(17.923)
		(16.181)	(16.326)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(8.962)	(1.845)
Imposto de renda e contribuição social	17		
Correntes		(1.711)	(1.607)
Prejuízo do exercício		(10.673)	(3.452)

Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo líquido do exercício	(10.673)	(3.452)
Resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(10.673)</u>	<u>(3.452)</u>

Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(8.962)	(1.845)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Juros e variações monetárias de financiamentos	11 (c)	17.541	17.342
Depreciação e amortização	6	11.135	11.284
Apropriação dos custos de captações	11 (c)	182	182
Rendimento sobre conta reserva		(527)	(621)
Ajuste a valor presente de desmobilização de ativos	14	300	271
Realização de ajuste a valor presente dos arrendamentos		-	1
		<u>19.669</u>	<u>26.614</u>
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Contas a receber de clientes		(230)	(1.233)
Tributos a recuperar		97	(30)
Demais créditos e outros ativos		17	62
Acrécimo (decrécimo) em passivos			
Fornecedores		459	(5.945)
Tributos a recolher		(396)	(148)
Partes relacionadas		2.026	(1.171)
Demais obrigações e outros passivos		(155)	78
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		<u>21.487</u>	<u>18.227</u>
Juros pagos sobre empréstimos	11 (c)	(8.531)	(8.537)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.364)	(1.449)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		<u>11.592</u>	<u>8.241</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Resgate sobre conta reserva		192	1.217
Aquisição de imobilizado		(17)	-
Caixa líquido gerado nas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>175</u>	<u>1.217</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Liquidação de financiamentos	11 (c)	(9.185)	(8.804)
Liquidação de arrendamentos		(8)	(3)
Aumento de capital		-	5.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(9.193)</u>	<u>(3.807)</u>
Acrécimo em caixa e equivalentes de caixa		<u>2.574</u>	<u>5.651</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>12.679</u>	<u>7.028</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>15.253</u>	<u>12.679</u>

Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.
Balanco patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	15.253	12.679
Contas a receber de clientes	9	2.797	2.567
Tributos a recuperar		31	128
Outros ativos		391	408
		18.472	15.782
Não circulante			
Fundo de liquidez - conta reserva	8	5.528	5.193
		5.528	5.193
Imobilizado			
Intangível	10	207.170	221.648
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		7	10
		5	13
		207.182	221.671
Total do ativo		231.182	242.646

	Nota	2024	2023
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Financiamentos	11	9.543	9.078
Fornecedores	12	2.570	5.482
Arrendamentos		6	8
Tributos a recolher		400	449
Partes relacionadas	15	2.070	43
Outros passivos		842	997
		15.431	16.057
Não circulante			
Financiamentos	11	177.226	177.684
Arrendamentos		-	6
Tributos a recolher		320	320
Partes relacionadas	15	907	908
Obrigações com desmobilização de ativos	14	3.264	2.964
		181.717	181.882
Total do passivo		197.148	197.939
Patrimônio líquido			
Capital social	16	58.158	58.158
Prejuízos acumulados		(24.124)	(13.451)
Total do patrimônio líquido		34.034	44.707
Total do passivo e patrimônio líquido		231.182	242.646

Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido
Em 1º de janeiro de 2023	53.158	(9.999)	43.159
Prejuízo do exercício	-	(3.452)	(3.452)
Total resultado abrangente do exercício	-	(3.452)	(3.452)
Aumento de capital	5.000	-	5.000
Contribuições e distribuições aos acionistas	5.000	-	5.000
Em 31 de dezembro de 2023	58.158	(13.451)	44.707
Prejuízo do exercício	-	(10.673)	(10.673)
Total resultado abrangente do exercício	-	(10.673)	(10.673)
Em 31 de dezembro de 2024	58.158	(24.124)	34.034

1 Considerações gerais

A Ventos de Santa Alexandrina Energia Renováveis S.A. ("Companhia"), é sociedade anônima fechada, com sede em Curral, estado do Piauí, que foi constituída em 10 de agosto de 2015.

A Companhia tem como objetivo (i) a exploração, em nome próprio ou por meio de participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração de energia elétrica, na forma permitida em lei e mediante obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e a comercialização de energia elétrica a partir de qualquer fonte; (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato; e (iv) a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos e a prestação de serviços de consultoria de projetos de energia elétrica.

A Companhia é controlada direta da Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santo Ângelo") e da Auren Energia S.A. ("Auren").

A Companhia é produtora independente de energia elétrica, no estado do Piauí, pelo prazo de autorização de 35 anos contados a partir de novembro de 2020, conforme resolução autorizativa ANEEL nº 9.429. Possui capacidade instalada de 42 MW e compõe o complexo eólico Ventos do Piauí III.

As atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e ocorrem de acordo com as regras e procedimentos de comercialização da CCEE.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas tomando-se por base as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2024, que inclui os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS") incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* "IFRIC", ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(c) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 24 de março de 2025.

2.2 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$").

2.3 Operação em conjunto (joint operation) incluída nas demonstrações financeiras

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras de forma proporcional à participação da Companhia na controlada em conjunto.

A Companhia possui participação de 21,74% na empresa Consórcio Ventos do Piauí III (“Consórcio”), havendo controle em conjunto com as consorciadas: i) Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.; ii) Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.; iii) Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.; iv) Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.

O Consórcio tem por objeto a construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns, especialmente a subestação coletora, a subestação seccionadora/ elevadora, a linha de transmissão, entre outros, para uso de todas as Consorciadas.

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia em 2024

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2024 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras.

(b) Novas normas emitidas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia

Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas antecipadamente.

A Companhia ainda não concluiu a avaliação dos impactos dessas novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis.

Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras - IFRS 18

Em 09 de abril de 2024, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu a nova norma, IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas.

O IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, mas as empresas podem aplicá-lo antes, sujeito à autorização dos reguladores relevantes. A Companhia optou por não adotar, antecipadamente, o referido normativo.

Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras - IFRS 19

Em 09 de maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações emitidas (*Subsidiaries Without Public Accountability: Disclosures*). As divulgações permitem que as subsidiárias elegíveis utilizem as Normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas (sem alterar aspectos de reconhecimento, mensuração e apresentação existentes nas IFRS completas).

O IFRS 19 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, e as empresas podem aplicá-lo antes. A Companhia está avaliando a aplicação e a elegibilidade para as divulgações anuais.

Reforma Tributária Brasileira

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira sobre o consumo. A reforma trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças, destaca-se a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS. A transição para o novo sistema começará em 2026, de forma escalonada, com implementação integral em 2033.

A Companhia iniciará em 2025 as adequações necessárias para ajustar os processos às novas exigências e prazos requeridos; portanto, nenhum efeito relativo aos impactos da reforma tributária foi considerado para fins dessas demonstrações financeiras anuais.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta contábil
10	Imobilizado
13	Provisão para litígios
14	Obrigações de desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional ("SIN").

Partes relacionadas: representados por contas a receber entre partes relacionadas comercializados em ambiente de contratação livre.

Energia de curto prazo - CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD").

	Nota	2024	2023
Receita bruta			
Venda de energia			
Partes relacionadas	15	33.842	34.763
Energia de curto prazo - CCEE		568	570
		<u>34.410</u>	<u>35.333</u>
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(1.256)	(1.290)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE		(210)	(212)
		<u>(1.466)</u>	<u>(1.502)</u>
Receita líquida		<u>32.944</u>	<u>33.831</u>

6 Custos e despesas

				2024	2023
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Energia comprada	(3.914)	-	-	(3.914)	(163)
Encargos de uso da rede elétrica	(3.133)	-	-	(3.133)	(2.941)
Depreciação e amortização	-	(10.508)	(627)	(11.135)	(11.284)
					-
Pessoal	-	(89)	(1.785)	(1.874)	-
Pessoal	-	(89)	(1.785)	(1.874)	-
Materiais	-	(4)	(36)	(40)	(65)
Materiais	-	(4)	(36)	(40)	(65)
Serviços	-	(3.117)	(1.100)	(4.217)	(3.473)
Serviços de operação e manutenção O&M	-	(2.692)	-	(2.692)	(2.678)
Serviços de terceiros	-	(317)	(671)	(988)	(508)
Serviços de manutenção	-	(108)	(429)	(537)	(287)
Outros	-	(682)	(730)	(1.412)	(1.424)
Aluguéis e arrendamentos	-	(494)	(75)	(569)	(505)
Seguros	-	-	(665)	(665)	(766)
Impostos, taxas e contribuições	-	(145)	(6)	(151)	(63)
Outros custos e despesas, líquidos	-	(43)	16	(27)	(90)
	<u>(7.047)</u>	<u>(14.400)</u>	<u>(4.278)</u>	<u>(25.725)</u>	<u>(19.350)</u>

(i) As variações referem-se, principalmente, a rateios de despesas de mão de obra.

7 Resultado financeiro líquido

	Notas	2024	2023
Receitas financeiras			
Rendimentos sobre equivalentes de caixa e conta reserva		1.985	1.589
Outras receitas financeiras		-	8
		<u>1.985</u>	<u>1.597</u>
Despesas financeiras			
Juros sobre financiamentos	11 (c)	(8.549)	(8.454)
Atualização monetária sobre financiamentos	11 (c)	(8.992)	(8.888)
Apropriação dos custos de captações	11 (c)	(182)	(182)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	14 (a)	(300)	(271)
Outras despesas financeiras		(143)	(128)
		<u>(18.166)</u>	<u>(17.923)</u>
		<u>(16.181)</u>	<u>(16.326)</u>

8 Caixa e equivalentes de caixa e Fundo de Liquidez - conta reserva

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

(a) Composição

	2024	2023
Caixa		
Caixa e bancos	130	123
	<u>130</u>	<u>123</u>
Equivalentes de caixa		
Quotas de fundos de investimentos (b)	14.559	-
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	564	12.556
	<u>15.123</u>	<u>12.556</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>15.253</u>	<u>12.679</u>
Fundo de liquidez - Conta reserva (i)		
Não circulante	5.528	5.193
	<u>5.528</u>	<u>5.193</u>
	<u>20.781</u>	<u>17.872</u>

Em 31 de dezembro de 2024, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração entre 99,46% e 101% do CDI (102,50% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

(i) Os contratos de financiamento da Companhia exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia, correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida e 3 (três) vezes o valor da prestação dos serviços de operação e manutenção, que deverão permanecer compostas durante toda a vigência dos contratos de financiamentos.

(b) Quotas de fundo de investimento

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024
Quotas de fundo de investimentos	
Operações compromissadas – Títulos Públicos	12.923
LFT - Letra Financeira do Tesouro	1.636
	14.559

As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Votorantim, Fundo Odessa. As operações são compostas substancialmente por títulos públicos e operações compromissadas, os quais apresentaram taxa média de remuneração de 99,46% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

8.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e do fundo de liquidez – conta reserva:

	2024	Rating local 2023
AAA	20.765	17.872
Sem rating	16	-
	20.781	17.872

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

9 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD").

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pela Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

(a) Composição

	2024	2023
Partes relacionadas (Nota 15)	2.726	2.037
Energia de curto prazo - CCEE	71	530
	2.797	2.567

(b) Vencimentos de contas a receber

	2024	2023
A vencer	2.726	2.567
Vencidos até 3 meses	71	-
	2.797	2.567

A Administração analisou os saldos vencidos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

10 Imobilizado

Política contábil

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa N°674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Vide nota 14).

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição e movimentação

	<u>Aerogeradores</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Edifícios e construções</u>	<u>Desmobilização de ativos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Custo de Servidão</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo no início do exercício										
Custo	213.005	17.271	920	2.629	74	-	154	4.345	238.398	235.585
Depreciação acumulada	(15.391)	(1.202)	(48)	(100)	(6)	-	(3)	-	(16.750)	(5.472)
Saldo líquido no início do exercício	<u>197.614</u>	<u>16.069</u>	<u>872</u>	<u>2.529</u>	<u>68</u>	<u>-</u>	<u>151</u>	<u>4.345</u>	<u>221.648</u>	<u>230.113</u>
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.659
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(3.354)	(3.354)	-
Depreciação	(10.232)	(772)	(31)	(79)	(6)	-	(4)	-	(11.124)	(11.278)
Transferências	-	47	-	-	16	2	-	(65)	-	154
Saldo no final do exercício	<u>187.382</u>	<u>15.344</u>	<u>841</u>	<u>2.450</u>	<u>78</u>	<u>2</u>	<u>147</u>	<u>926</u>	<u>207.170</u>	<u>221.648</u>
Custo	213.005	17.318	920	2.629	90	2	154	926	235.044	238.398
Depreciação acumulada	(25.623)	(1.974)	(79)	(179)	(12)	-	(7)	-	(27.874)	(16.750)
Saldo líquido no final do exercício	<u>187.382</u>	<u>15.344</u>	<u>841</u>	<u>2.450</u>	<u>78</u>	<u>2</u>	<u>147</u>	<u>926</u>	<u>207.170</u>	<u>221.648</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	5	3	3	6	14	3			

11 Financiamentos

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

(a) Composição

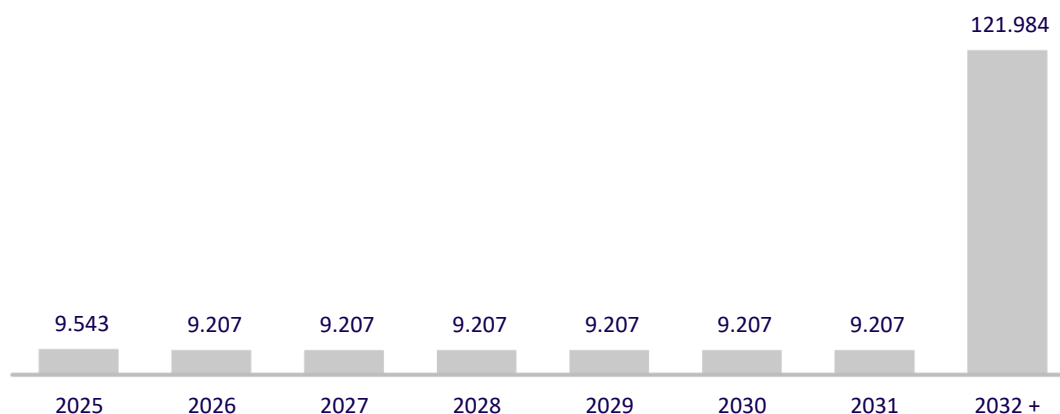
2024										
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor justo
BNDÉS	IPCA + 4,56%	9.388	(182)	337	9.543	180.727	(3.501)	177.226	186.769	99.627
		<u>9.388</u>	<u>(182)</u>	<u>337</u>	<u>9.543</u>	<u>180.727</u>	<u>(3.501)</u>	<u>177.226</u>	<u>186.769</u>	<u>99.627</u>

2023										
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor justo
BNDÉS	IPCA + 4,56%	8.956	(181)	303	9.078	181.367	(3.683)	177.684	186.762	126.919
		<u>8.956</u>	<u>(181)</u>	<u>303</u>	<u>9.078</u>	<u>181.367</u>	<u>(3.683)</u>	<u>177.684</u>	<u>186.762</u>	<u>126.919</u>

BNDÉS – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

(b) Perfil de vencimento



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(c) Movimentação

	Nota	2024	2023
Saldo no início do exercício		186.762	186.579
Provisões de juros	7	8.549	8.454
Atualização monetária	7	8.992	8.888
Apropriações dos custos de captações	7	182	182
Juros pagos		(8.531)	(8.537)
Liquidações		(9.185)	(8.804)
Saldo no final do exercício		186.769	186.762

(d) Garantias

Modalidade	Garantias
BNDDES	Garantia prestada pela Auren Energia S.A. Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

(e) Condições restritivas

Os contratos de financiamentos da Companhia possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras podem incluir o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). No período findo em 31 de dezembro de 2024, as condições contratuais foram cumpridas.

12 Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores de materiais	2.504	5.474
Fornecedores de serviços	21	8
Fornecedores nacionais – Partes relacionadas	45	-
	2.570	5.482

13 Provisão para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas prováveis

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui processos com prognóstico de perda provável.

(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui apenas processos de natureza tributária com prognóstico de perda possível, no montante atualizado de R\$ 555 (R\$ 521 em 31 de dezembro de 2023).

14 Obrigações com desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia.

(a) Composição e movimentação das provisões

	Desmobilização de ativos	(-) Ajuste a valor presente	2024	2023
Saldo no início do exercício	64.013	(61.049)	2.964	2.693
Ajuste a valor presente		300	300	271
Saldo no final do exercício	<u>64.013</u>	<u>(60.749)</u>	<u>3.264</u>	<u>2.964</u>
Não circulante	64.013	(60.749)	3.264	2.964
	<u>64.013</u>	<u>(60.749)</u>	<u>3.264</u>	<u>2.964</u>

15 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (coligadas e acionistas), relacionados à compra e venda de produtos e serviços, principalmente comercialização de energia.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora direta Auren.

	Ativo		Passivo		Vendas (Nota 5)		Compras e serviços	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Contas a receber de clientes (Nota 9) - Vendas								
CESP Comercializadora de Energia S.A.	278	-	-	-	278	177	-	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	3.796	550	-	-
Votorantim Cimentos S.A.	2.448	2.037	-	-	30.178	34.036	-	-
	<u>2.726</u>	<u>2.037</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>34.252</u>	<u>34.763</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Fornecedores - compras e serviços								
Votorantim S.A.	-	-	45	43	-	-	(276)	(172)
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	-	-	(1.860)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>45</u>	<u>43</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.136)</u>	<u>(172)</u>
Conta corrente (i)								
Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A	-	-	907	908	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>907</u>	<u>908</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Repasse de custos partes relacionadas (ii)								
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	250	-	-	-	(250)	-
Auren Energia S.A.	-	-	1.480	-	-	-	(1.480)	-
CESP Companhia Energética de São Paulo	-	-	340	-	-	-	(340)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.070</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.070)</u>	<u>-</u>
	<u>2.726</u>	<u>2.037</u>	<u>3.022</u>	<u>951</u>	<u>34.252</u>	<u>34.763</u>	<u>(4.206)</u>	<u>(172)</u>

(i) Referem-se a títulos a pagar da tarifa do uso de transmissão.

(ii) Refere-se, principalmente a rateios de despesas compartilhadas de mão de obra e de serviços de tecnologia.

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social integralizado da Companhia era de R\$ 58.158, dividido em 5.837.259.518 ações ordinárias e preferenciais, todas normativas e sem valor nominal.

O capital social da Companhia é composto pelos seguintes acionistas:

	Capital social integralizado	Quantidade de ações - em unidades					
		Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Acionistas							
Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A.	29.079	2.918.629.759	50%	-		2.918.629.759	50%
Auren Energia S.A.	29.079	-		2.918.629.759	50%	2.918.629.759	50%
	58.158	2.918.629.759	50%	2.918.629.759	50%	5.837.259.518	100%

17 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e a contribuição social. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

Nos exercícios de 2024 e 2023, a Companhia recolheu os respectivos tributos com base no lucro presumido e auferiu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia, para as vendas de crédito de carbono a Companhia auferiu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 32% (IRPJ e CSLL) e, para as receitas financeiras, nenhuma alíquota de presunção é aplicada, sendo considerada, portanto, a totalidade das mesmas conforme legislação vigente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido como despesa de imposto de renda e contribuição social o montante de R\$ 1.711 (R\$ 1.607 em 31 de dezembro de 2023).

(a) Reconciliação

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício de doze meses findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	2024			
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Bruta	34.410	34.410	1.985	1.985
Total Receita Tributável	34.410	34.410	1.985	1.985
% de Presunção da Base	8%	12%		
Base de cálculo Presumida	2.753	4.129	1.985	1.985
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	665	371	496	179

Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.
Notas explicativas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Receitas de Venda (Venda de Energia)		2023	
			Receitas Tributadas 100% (Financeira)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Bruta	35.333	35.333	1.597	1.597
Total Receita Tributável	35.333	35.333	1.597	1.597
% de Presunção da Base	8%	12%		
Base de cálculo Presumida	2.827	4.240	1.597	1.597
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	683	381	399	144

18 Instrumentos financeiros e gestão de risco

18.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nota	Nível	2024	2023
Ativos				
Ao custo amortizado				
Contas a receber de clientes	9		2.797	2.567
Ao valor justo por meio do resultado (i)				
Equivalentes de caixa	8	1	15.123	12.556
Fundo de liquidez - Conta reserva	8	1	5.528	5.193
			20.651	17.749
			23.448	20.316
Passivos				
Ao custo amortizado				
Financiamentos (ii)	11		186.769	186.762
Arrendamentos			6	14
Fornecedores	12		2.570	5.482
Partes relacionadas	15		2.977	951
			192.322	193.209

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 11.

A Companhia divulga as mensurações do valor justo considerando a seguinte hierarquia:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

18.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, e (e) risco em renováveis não-hídricas e (f)risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia, seguem a Política de Gestão de Riscos Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024					
Financiamentos (i)	17.474	33.604	31.974	189.181	272.233
Arrendamentos	6	-	-	-	6
Fornecedores	2.570	-	-	-	2.570
Partes relacionadas	2.070	907	-	-	2.977
	22.120	34.511	31.974	189.181	277.786
Em 31 de dezembro de 2023					
Financiamentos (i)	17.093	32.866	31.306	195.365	276.630
Arrendamentos	8	6	-	-	14
Fornecedores	5.482	-	-	-	5.482
Partes relacionadas	43	908	-	-	951
	22.626	33.780	31.306	195.365	283.077

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

A Companhia está sujeita a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco em renováveis não-hídricas

(i) Risco de não performance dos parques eólicos

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

(ii) Constrained-off de usinas eólicas

Os eventos de *constrained-off* de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido a limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

(f) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação cambial e das taxas de juros.

(i) Risco cambial

O risco cambial está associado à possibilidade de variação nas taxas de câmbio, o que afeta o resultado financeiro e os saldos indexados à moeda estrangeira. A proteção de risco cambial da Companhia busca atingir um baixo nível de exposição cambial em seus ativos e passivos e compromissos designados em moeda estrangeira, os quais são permanentemente monitorados.

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais, e financiamentos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia os quais são permanentemente monitorados.

18.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, fundo de liquidez – conta reserva e dos financiamentos é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2024 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2024, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2025;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024.

Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2024	Impactos no resultado					
				Cenário I Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%	
Taxas de juros									
BRL - CDI 12,15%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo de liquidez - conta reserva	20.651	151 bps*	311	(627)	(1.254)	627	1.254	
BRL - IPCA 4,83%	Financiamentos (i)	190.452	17 bps*	(324)	2.300	4.599	(2.300)	(4.599)	

(i) Valores não contemplam custos de captação.

* bps - basis points

19 Seguros

A Companhia mantém em vigor apólices de cobertura de seguros de riscos patrimoniais. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação.

Modalidade	Principais coberturas	Vencimento
Patrimonial	Danos Materiais e Lucros Cessantes	até setembro/2025
RCG	RC Operações, Empregador, Poluição Súbita, Danos Morais, entre outras	até agosto/2025

O prêmio total pago para a contratação do seguro acima mencionado é de aproximadamente R\$ 640 em 31 de dezembro de 2024.